



CONCURSO PÚBLICO

## 005. PROVA OBJETIVA

CONTADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **08**.

#### *Atração urbana*

“Todas as sociedades tendem a um bem e, principalmente, ao bem supremo. O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), monumento da filosofia grega. É humano, demasiado humano, o movimento de formar aldeias, vilas, cidades, metrópoles, megalópoles. Nos últimos cinquenta anos, o Brasil, um exemplo radical de urbanização, deixou de ser 44% rural para tornar-se 84% urbano (outro caso extraordinário é a China). Hoje, seis de cada dez brasileiros vivem em cidades grandes ou médias, aquelas com mais de 100 000 habitantes.

As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as de Birmingham, a Revolução industrial, já dizia Edward Glaeser, notável especialista em economia urbana. E as cidades propiciam as melhores oportunidades de quase tudo, do trabalho ao teatro, do lazer à gastronomia. Além disso, no sentido mais prático da vida, as cidades se destacam na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança – ainda que, **no Brasil urbano, tudo isso esteja hoje em decadência**. A grande novidade das últimas décadas, porém, que funciona como ímã nas cidades, é o fenomenal avanço da tecnologia. Pela primeira vez na história da humanidade, há “cidades inteligentes”, que buscam fazer uso da profusão de dados e de sua análise para facilitar a vida dos habitantes.

As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana – só que estarão ainda mais fascinantes. As cidades do futuro – do futuro muitíssimo breve, vão dispor do carro autônomo, que será a estrela dos aplicativos de transporte. O Brasil, porém, terá um longo caminho a percorrer para extinguir mazelas do século passado que ainda povoam suas cidades, como a decadência dos centros históricos, as pichações, os moradores de rua, e a insegurança brutal – problemas presentes em quase todas as capitais do país. Mas as cidades, esse vulcão de vida, continuarão sendo o melhor resumo da experiência humana.

(M.S., *Veja*, 26.09.2018)

**01.** A referência às ruas de Florença e de Birmingham é usada pelo autor para destacar

- (A) aspectos que fazem das cidades referência do chamado “bem supremo” a que fazia menção Aristóteles.
- (B) características históricas das cidades, que se perderam com o passar dos séculos, graças aos avanços da civilização.
- (C) a nostalgia dos tempos em que as cidades eram lugares aprazíveis, mesmo não tendo as condições das atuais.
- (D) incertezas acerca das condições de vida nas cidades brasileiras, vitimadas pelo descaso do poder público.
- (E) o estado de bem-estar que é possível encontrar nas cidades antigas e que dificilmente se preservou na atualidade.

**02.** Segundo o texto, a experiência urbana no Brasil

- (A) carece de oferta de oportunidades de cultura, principalmente nas metrópoles.
- (B) representa o que há de melhor para a vida dos cidadãos – o bem supremo.
- (C) é marcada por condições ainda insatisfatórias, especialmente nas capitais.
- (D) venceu os obstáculos que impediam as grandes cidades de prosperar.
- (E) tem sido caracterizada por benfeitorias que tornam a vida fascinante.

**03.** No primeiro parágrafo, o adjetivo destacado no trecho – “Nos últimos cinquenta anos, o Brasil, um exemplo **radical** de urbanização” – expressa, no contexto, a ideia de que nossa urbanização

- (A) contradiz os processos usuais, negando-lhes a importância.
- (B) destaca-se entre os processos incomuns, sobrepondo-se a eles.
- (C) redefine os processos usuais, adicionando-lhes novos elementos.
- (D) confronta os processos usuais, superando-os pela dificuldade.
- (E) distancia-se dos processos usuais, excedendo-os em dimensão.

**04.** A expressão “ainda que”, que introduz o trecho em destaque no segundo parágrafo, expressa, em relação ao que foi afirmado anteriormente, a ideia de

- (A) aditamento, de sentido positivo, e pode ser substituída por “ademais”.
- (B) comparação, de sentido negativo, e pode ser substituída por “tal qual”.
- (C) restrição, de sentido negativo, e pode ser substituída por “embora”.
- (D) conclusão, de sentido positivo, e pode ser substituída por “assim sendo”.
- (E) condição, de sentido negativo, e pode ser substituída por “contanto que”.

**05.** Assinale a alternativa em que a vírgula é empregada para sinalizar a omissão de um termo.

- (A) O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), monumento da filosofia grega.
- (B) É humano, demasiado humano, o movimento de formar aldeias, vilas, cidades, metrópoles, megalópoles.
- (C) A grande novidade das últimas décadas, porém, que funciona como ímã nas cidades, é o fenomenal avanço da tecnologia.
- (D) As ruas de Florença nos deram o Renascimento, e as de Birmingham, a Revolução industrial, já dizia Edward Glaeser, notável especialista em economia urbana.
- (E) As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana – só que estarão ainda mais fascinantes.

06. Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância e emprego do pronome relativo.

- (A) 85% dos brasileiros já optou pela vida nas cidades grandes ou médias, cujas são as preferidas das pessoas.
- (B) Para uma cidade ser inteligente, investe-se recursos em tecnologia, o qual garante melhores condições de vida.
- (C) Sempre vai existir problemas urbanos difíceis de resolver; tratam-se de questões que a maioria delas depende do poder público.
- (D) Mais de uma cidade do futuro disporá de aplicativos de transporte, cuja estrela será o carro autônomo.
- (E) Para facilitar a vida dos cidadãos, nos grandes centros urbanos, faz-se uso de tecnologia que lhes assegurem bem-estar.

07. A passagem caracterizada pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) “Todas as sociedades tendem a um bem e, principalmente, ao bem supremo. O bem supremo, o que abrange todos os outros, é a chamada cidade”, escreveu Aristóteles...
- (B) E as cidades propiciam as melhores oportunidades de quase tudo, do trabalho ao teatro, do lazer à gastronomia...
- (C) Hoje, seis de cada dez brasileiros vivem em cidades grandes ou médias, aquelas com mais de 100 000 habitantes.
- (D) ... a decadência dos centros históricos, as pichações, os moradores de rua, e a insegurança brutal – problemas presentes em quase todas as capitais do país.
- (E) As cidades, que sempre fascinaram o homem, serão cada vez mais o epicentro da experiência humana...

08. As palavras “profusão” e “decadência” têm antônimos adequados, respectivamente, em

- (A) singeleza e ocaso.
- (B) propensão e incremento.
- (C) escassez e ascensão.
- (D) prodigalidade e involução.
- (E) insignificância e caducidade.

Leia tira, para responder às questões de números 09 e 10.



(Bill Watterson, Calvin e Haroldo. Disponível em: <<https://www.google.com.br>>. Acesso em: 20.10.2018)

09. A informação implícita no texto da tira, da qual decorre o efeito de humor, é:

- (A) o tigre não vê resultados práticos na decisão do garoto, e adere às atitudes deste.
- (B) os pais do garoto não se animam a aumentar a prole em razão do comportamento dele.
- (C) as ações do garoto são parte de um plano para tornar o sábado um dia bem aproveitado.
- (D) o exemplo do garoto é de bom comportamento e conta com a aprovação dos pais.
- (E) o objetivo do garoto é usufruir a companhia do tigre e fazer o que bem entender.

10. Assinale a alternativa que reescreve livremente fala da tira, observando a norma-padrão de regência e emprego do sinal de crase.

- (A) Eu espero à semana inteira pelo sábado, porque esse dia eu me disponho à praticar ações prazerosas.
- (B) Sou afeiçoado à sábados porque acordo à hora que quiser e como àquilo que me apetece, sem obedecer ninguém.
- (C) À tarde dedico-me à atividades que não pertencem exatamente a lista das mais tranquilas.
- (D) O bom do sábado consiste em assistir à tevê e dedicar-me àquelas atividades que nem sempre meus pais aprovam.
- (E) Sábados são dias destinados à lazer e comilança; por isso é que eu lhes adoro!

11. O Senhor X, aprovado em concurso público, exerce o cargo de arquiteto em uma autarquia federal, desempenhando suas atribuições de segunda a sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas. O Senhor X foi aprovado em novo concurso público para o cargo de professor da faculdade de arquitetura e urbanismo em uma universidade federal situada no mesmo Município onde trabalha e reside. Considerando as disposições constitucionais acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que o Senhor X
- (A) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos em qualquer hipótese, pois a vedação de acumulação não abrange autarquias.
  - (B) não poderá acumular a remuneração dos dois cargos, pois a Constituição admite apenas a acumulação de dois cargos de professor.
  - (C) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos, pois a Constituição permite a acumulação de um cargo de caráter técnico e outro de professor, desde que a totalidade dos vencimentos respeite o teto constitucional.
  - (D) não poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos, pois a Constituição veda a acumulação de cargos.
  - (E) poderá acumular a remuneração dos dois cargos públicos se houver compatibilidade de horário, ainda que a soma das remunerações ultrapasse o teto constitucional.
12. Lei Municipal cria, no âmbito de um hospital municipal, diversos cargos em comissão para o desempenho das funções técnicas de médico e enfermeiro. A criação desses cargos, segundo a Constituição Federal de 1988, deve ser considerada
- (A) inconstitucional, por não possuírem caráter de assessoramento, chefia ou direção.
  - (B) constitucional, se houver relação de confiança entre o servidor nomeado e o seu superior hierárquico, qualquer que seja a atribuição dos cargos em comissão.
  - (C) inconstitucional, se não houver previsão de provimento dos cargos em comissão por meio de concurso público de provas e títulos.
  - (D) constitucional, se forem destinados, exclusivamente, a servidores ocupantes de cargo efetivo, independentemente das atribuições dos cargos em comissão.
  - (E) constitucional, se forem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, independentemente das atribuições dos cargos em comissão.
13. O Senhor X, servidor público estatutário da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, exercendo suas atribuições no Campus de Uberaba, foi eleito para exercer o mandato de Vereador naquela mesma cidade. Assim sendo, o Senhor X, nos termos da Constituição Federal de 1988,
- (A) ficará afastado de seu cargo durante o exercício de seu mandato eletivo, suspendendo-se a contagem do seu tempo de serviço para fins de aposentadoria na Universidade.
  - (B) ficará afastado de seu cargo durante o exercício de seu mandato eletivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
  - (C) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, se não houver compatibilidade, ser-lhe-á facultado optar pela sua remuneração.
  - (D) em nenhuma hipótese, ficará afastado de seu cargo na Universidade, cumulando a remuneração dos cargos eletivo e da Universidade.
  - (E) ficará afastado de seu cargo na Universidade, mas seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
14. A Universidade Federal do Triângulo Mineiro pretende contratar o senhor X para o cargo de professor do curso de física. O senhor X possui vinte e oito anos, é estrangeiro, físico nuclear e não vota no Brasil. Considerando as disposições constantes da Lei nº 8.112/90, o senhor X
- (A) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, pois os cargos públicos são exclusivos de brasileiros natos.
  - (B) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal porque não está no gozo de seus direitos políticos.
  - (C) poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, desde que atendidas as normas e procedimentos da Lei.
  - (D) poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal se estiver quite com as obrigações militares e eleitorais no Brasil.
  - (E) não poderá ser investido no cargo de professor na universidade federal, pois a lei somente permite a contratação de estrangeiros para exercerem cargos de cientista.

15. De acordo com a Lei nº 8.112/90, o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante
- (A) readaptação.
  - (B) reversão.
  - (C) recondução.
  - (D) reintegração.
  - (E) aproveitamento.
16. Nos termos da Lei nº 8.112/90, as diárias
- (A) são devidas nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, para indenizar as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.
  - (B) são devidas a servidor que, a serviço, realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.
  - (C) destinam-se a compensar as despesas de instalação de servidor que, no interesse do serviço, passar a ter nova sede.
  - (D) são devidas, conforme dispuser o regulamento, ao servidor que, a serviço, afastar-se em caráter eventual ou transitório para o exterior para indenizar as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.
  - (E) são devidas para ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por rede hoteleira, no prazo de um mês após comprovada a despesa pelo servidor.
17. Nos termos do Decreto nº 1.171/94, a Comissão de Ética pode aplicar ao servidor público a pena de
- (A) exoneração.
  - (B) suspensão.
  - (C) demissão a bem do serviço público.
  - (D) censura.
  - (E) multa.
18. Sobre as regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, é correto afirmar que
- (A) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada não poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
  - (B) deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas principalmente grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
  - (C) a publicidade constitui requisito de eficácia e moralidade de todos e quaisquer atos administrativos e sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.
  - (D) o servidor pode omitir a verdade quando contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
  - (E) a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescentada a ideia de que os fins justificam os meios. O equilíbrio entre a legalidade e a eficiência, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
19. De acordo com os conceitos veiculados pelo Plano de Carreira de Cargos técnicos-administrativos em Educação (Lei nº 11.091/05), pode-se afirmar que
- (A) ambiente organizacional é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
  - (B) nível de capacitação é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
  - (C) nível de classificação é a posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso.
  - (D) padrão de vencimento é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
  - (E) plano de carreira é conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

20. Sobre o ingresso no cargo e formas de desenvolvimento, dispõe a Lei nº 11.091/05 que

- (A) o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, preferencialmente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.
- (B) o servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação, em padrão de vencimento na mesma posição relativa a que ocupava anteriormente, mantida a distância entre o padrão que ocupava e o padrão inicial do novo nível de capacitação.
- (C) a mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento poderá acarretar mudança de nível de classificação.
- (D) progressão por Capacitação Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 3 (três) anos de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.
- (E) a liberação do servidor para a realização de cursos de Mestrado e Doutorado independe do resultado da avaliação de desempenho.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### ÉTICA PROFISSIONAL

21. Segundo o art. 5º da Resolução no CFC nº 803/96, o Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro,

- (A) poderá atender à Fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade, no sentido de colocar à disposição destes, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho, somente se autorizado judicialmente.
- (B) manterá e defenderá interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo.
- (C) expenderá argumentos ou dará a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos.
- (D) deverá recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
- (E) considerará com parcialidade o pensamento exposto em laudo submetido à sua apreciação.

22. Assinale a alternativa que indica a atribuição privativa dos profissionais da contabilidade, conforme preconizado na resolução CFC nº 560/83.

- (A) Elaboração de planos técnicos de financiamento e amortização de empréstimos, incluídos no campo da matemática financeira.
- (B) Apuração do valor patrimonial de participações, quotas ou ações.
- (C) Elaboração de projetos e estudos sobre operações financeiras de qualquer natureza, inclusive de debêntures, *leasing* e *lease-back*.
- (D) Execução de tarefas no setor financeiro, tanto na área pública quanto na área privada.
- (E) Elaboração e implantação de planos de organização ou reorganização societárias.

23. Considere as informações a seguir, obtidas do balanço patrimonial iniciado em 1º de janeiro de 2017 e findo em 31 de dezembro de 2017, de uma determinada empresa, para responder à questão.

Operação	Reais
Lucro do exercício	75.000
Resultado negativo da Equivalência Patrimonial	51.000
Depreciação e amortização	47.000
Baixas líquidas do ativo imobilizado	12.800
Reversão da provisão para contingências tributária no período	22.600
Aumento das contas a receber	(138.000)
Redução dos estoques	128.400
(Redução) de fornecedores	(85.800)
Aumento de impostos e contribuições a recolher	28.800
Aquisições:	
Ativo imobilizado	166.200
Ativo intangível	68.400
Ativo investimentos	1.200
Empréstimos obtidos	744.000
Aumento de capital	60.000
Amortização de empréstimos – principal	689.400

Com base nos conceitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, método indireto, conforme normas contábeis brasileiras, assinale a alternativa que demonstra o lucro líquido do exercício ajustado pelos itens que não afetam o capital circulante líquido.

- (A) Uma redução de R\$ 24.600,00.
- (B) Um aumento de R\$ 96.600,00.
- (C) Uma redução de R\$ 114.600,00.
- (D) Um aumento de R\$ 163.200,00.
- (E) Uma redução de R\$ 235.800,00.
24. No que tange ao tema passivos contingentes, assinale a alternativa que indica o motivo da existência de uma obrigação presente, que resulta de eventos passados, mas que não será reconhecida.
- (A) Porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- (B) Pois o valor da obrigação ainda não pode ser mensurado como despesa devido à falta de aprovação da administração.
- (C) Porque resulta de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.
- (D) Porque os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.
- (E) Por conta de um evento que cria uma obrigação legal ou não formalizada que faça com que a entidade não tenha nenhuma alternativa realista a não ser liquidar essa obrigação.

Considere o seguinte enunciado para responder às questões de números **25** e **26**:

Utilize dos dados a seguir para calcular, hipoteticamente, o Imposto de Renda e o respectivo adicional do Imposto de Renda (IR), bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de uma empresa para um período de três meses, findo em 31 de março de 2018, sendo que a empresa Acorde Cedo Ltda. está enquadrada no sistema de Lucro Real para sua tributação. Não é requerido levantamento de balanços de suspensão e redução ou qualquer outra sistemática para os cálculos solicitados.

Lucro líquido antes do IR e CSLL (lucro ajustável): .....	R\$ 960.000,00
Adições Temporárias/Permanentes:	
Provisões para ações trabalhistas: .....	R\$ 80.000,00
Provisão para garantia: .....	R\$ 50.000,00
Provisão para perdas de estoques: .....	R\$ 30.000,00
Multas não dedutíveis: .....	R\$ 90.000,00
Exclusões temporárias: .....	R\$ 113.000,00
Exclusões permanentes: .....	R\$ 125.000,00
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social: .....	R\$ 560.000,00
Não há qualquer incentivo ou alteração das alíquotas do IR e CSLL.	

**25.** Assinale a alternativa que contém a resposta correta com relação ao valor do IR somado ao adicional do IR, em Reais, calculado para o período findo em 31 de março de 2018, para a Acorde Cedo Ltda.

- (A) 97.000,00.
- (B) 123.500,00.
- (C) 164.100,00.
- (D) 189.200,00.
- (E) 243.000,00.

**26.** Assinale a alternativa que contém a resposta correta com relação ao valor da CSLL, em reais, calculado para o período findo em 31 de março de 2018, para a Acorde Cedo Ltda.

- (A) 37.080,00.
- (B) 61.236,00.
- (C) 77.340,00.
- (D) 87.480,00.
- (E) 88.950,00.

**27.** Estão sujeitas à incidência do imposto de renda detido na fonte as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional, à alíquota de

- (A) um e meio por cento.
- (B) dois por cento.
- (C) dois e meio por cento.
- (D) três por cento.
- (E) três e meio por cento.

**28.** Assinale a alternativa que apresenta o valor do principal, em reais, de uma operação de empréstimo, que contenha as seguintes informações:

- sobre o empréstimo incidiu juros simples de 3% a.m.;
- prazo da operação foi de dez meses;
- juros totais pagos na operação de empréstimo R\$ 18.000,00.

- (A) 44.000,00.
- (B) 45.000,00.
- (C) 49.000,00.
- (D) 54.000,00.
- (E) 60.000,00.

29. Segundo a norma contábil brasileira, que trata das políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, uma entidade deve alterar uma política contábil apenas se a mudança

- (A) não resultar em informação confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações.
- (B) contiver a adoção de política contábil para transações, outros eventos ou condições que difiram em essência daqueles que ocorriam anteriormente.
- (C) for exigida por norma, interpretação ou comunicado técnico.
- (D) incluir a adoção de nova política contábil para transações, outros eventos ou condições que não ocorriam anteriormente ou eram imateriais.
- (E) for imposta por ajustes para o período corrente e para cada período anterior apresentado, até o ponto em que seja praticável.

30. Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, \_\_\_\_\_ que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Assinale a alternativa que completa o texto corretamente.

- (A) devem ser calculados de acordo com as metodologias de correção integral
- (B) serão ajustados pelos modelos de moeda constante
- (C) serão corrigidos por taxas de mercado para tomada de recursos
- (D) devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto
- (E) fazem parte integrante dos laudos de avaliação econômicos-financeiros

31. Princípios orçamentários devem ser observados na elaboração, execução e no controle do orçamento público, para que

- (A) a aplicação dos recursos públicos ocorra rigorosamente dentro da lei.
- (B) o equilíbrio financeiro permaneça em sintonia com o orçamento aprovado.
- (C) o controle externo seja orientado por esses princípios.
- (D) os balanços econômicos, patrimoniais e financeiros sejam fidedignos.
- (E) haja racionalidade, eficiência e transparência nos processos orçamentários.

32. A diferença na definição entre créditos adicionais suplementares ou especiais e os extraordinários está

- (A) na origem dos recursos para atendê-los.
- (B) no processo de aprovação.
- (C) na responsabilidade da iniciativa.
- (D) no impacto orçamentário.
- (E) nos limites dos valores.

33. A Demonstração de Fluxo de Caixa abrange entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A diferença observada entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior decorre de

- (A) excesso de arrecadação.
- (B) deficit orçamentário.
- (C) movimentações intragovernamentais.
- (D) operações de crédito.
- (E) somatória dos três fluxos.

34. Em um Balanço Financeiro de um ente público, os seguintes valores foram apresentados:

	Exercício Anterior	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	900	980
Transferências Financeiras Recebidas	200	150
Recebimentos Extraorçamentários	180	230
Saldo do Exercício Anterior	860	950
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	780	850
Transferências Financeiras Concedidas	250	150
Pagamentos Extraorçamentários	160	230
Saldos para o Exercício Seguinte	950	1080

Com base nos valores apresentados, é possível deduzir (supor) corretamente que o total das Despesas Orçamentárias pagas no Exercício Anterior e no Exercício Atual foram, respectivamente, de

- (A) 600 e 620.
- (B) 90 e (80).
- (C) 940 e 1080.
- (D) 160 e 230.
- (E) 780 e 850.

35. O Valor Residual e a Vida Útil Econômica de um ativo devem ser revisados tendo por parâmetro temporal ao menos
- (A) dois exercícios.
  - (B) um semestre.
  - (C) um exercício.
  - (D) um quadriênio.
  - (E) um mês.
36. O Regime de Adiantamento tem por finalidade
- (A) agilizar a execução de despesas.
  - (B) evitar o uso indevido de recursos públicos.
  - (C) dar maior transparência aos gastos públicos.
  - (D) realizar despesas não previstas no orçamento.
  - (E) atender despesas peculiares definidas em lei.
37. Estão relacionados a Ativos e Passivos Contingentes:
- (A) eventos passados de efeito incerto no futuro.
  - (B) obrigações ou benefícios relacionados a contratações comerciais.
  - (C) valores cuja obrigatoriedade esteja expressa em determinação judiciária.
  - (D) fundos para lastro de futuras operações de crédito.
  - (E) valores registrados no patrimônio, por previsão líquida e certa.
38. Para a efetividade do controle interno, conforme determinado na NBC T 16.8, entende-se como riscos as
- (A) ocorrências, imprecisões ou fatos que podem afetar o fluxo da informação contábil e a apuração de responsabilidades.
  - (B) ocorrências, circunstâncias ou fatos específicos que distorçam a informação contábil e induzam os gestores aos erros.
  - (C) evidências, circunstâncias ou fatos imprevisíveis que podem afetar a abrangência da informação contábil.
  - (D) ocorrências, circunstâncias ou os fatos imprevisíveis que podem afetar a qualidade da informação contábil.
  - (E) ocorrências, circunstâncias ou ações indevidas que podem afetar a validade da informação contábil.
39. A inscrição em Dívida Ativa implica em
- (A) revisão a menos em valores a receber.
  - (B) diminuição do Ativo Circulante e aumento do Ativo não Circulante.
  - (C) compensação por perdas no Patrimônio Líquido.
  - (D) diminuição do Patrimônio Líquido.
  - (E) aumento do Patrimônio Líquido, por incorporação de direitos.
40. A respeito das autarquias, é correto afirmar que
- (A) podem ser criadas por ato normativo do Chefe do Poder Executivo.
  - (B) são criadas a partir do momento da inscrição de seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
  - (C) exercem atividades típicas da Administração Pública, bem como exploram atividades econômicas.
  - (D) somente podem ser criadas por lei, geral ou específica.
  - (E) se sujeitam ao controle finalístico, denominado tutela, exercido pelo ente criador.
41. Uma Universidade Federal tem duas despesas previstas para o presente ano: I) a aquisição, mediante compra, de um imóvel para a instalação de uma nova biblioteca; II) a realização de obras de adaptação de todos os Campi, para atender às exigências legais de acessibilidade para deficientes físicos. Considerando a disciplina constante da Lei nº 4.320/1964, essas despesas devem, respectivamente, ser classificadas como:
- (A) investimento e transferência corrente.
  - (B) despesa de custeio e despesa corrente.
  - (C) investimento e despesa de custeio.
  - (D) inversão financeira e despesa corrente.
  - (E) despesa de capital e investimento.
42. Foi assinado, por uma Universidade Federal, um contrato cuja previsão de execução é de dois exercícios financeiros. Conforme cronograma, 60% do contrato será executado e pago no presente exercício financeiro e 40% no próximo exercício financeiro. Acerca do empenho a ser realizado, considerando a disciplina constante do Decreto-Lei nº 93.872/1986, pode-se corretamente afirmar que
- (A) deverá ser realizado um único empenho, equivalente ao valor total do contrato, tendo em vista a vedação de realização de mais de um empenho relativamente a uma mesma despesa.
  - (B) poderá ser realizado o empenho do valor disponível no orçamento desse exercício, correspondente ou não à parte do contrato a ser executada, devendo o restante ser empenhado no próximo exercício.
  - (C) deve ser realizado um único empenho, no próximo exercício, do valor total do contrato, devendo as despesas do presente exercício financeiro ser pagas por meio de adiantamentos.
  - (D) deverá ser realizado empenho para atender à despesa no exercício em curso, relativamente à parte nele executada, devendo o valor restante ser objeto de empenho no exercício seguinte.
  - (E) deverão as despesas desse exercício ser retiradas dos Restos a Pagar e o restante deverá ser pago mediante empenhos contemporâneos aos pagamentos a serem realizados no próximo exercício.

- 43.** Considere-se a seguinte situação hipotética: um Reitor de uma Universidade Federal, por meio de Portaria, em janeiro de 2013, concedeu um aumento a todos os servidores da Universidade, correspondente ao índice da inflação apurada no ano anterior, a ser pago a partir de fevereiro do mesmo ano. Por meio da mesma Portaria, foi determinado que, a partir do exercício financeiro seguinte, automaticamente, deveria ser aplicado o índice de inflação do ano anterior, para fins de reajuste da remuneração de todos os servidores da Universidade. Um novo Reitor assumiu a direção da Universidade em janeiro de 2018 e foi imediatamente alertado acerca da ilegalidade do ato do antigo Reitor. O atual Reitor
- (A) não poderá mais anular o ato do antigo Reitor, tendo em vista o transcurso do prazo de cinco anos da edição do ato ilegal.
  - (B) deverá anular o ato do antigo Reitor, tendo em vista que o prazo decadencial de anulação somente começou a correr a partir do primeiro pagamento realizado.
  - (C) poderá decidir, mediante um juízo de conveniência e oportunidade, entre manter o ato ou anulá-lo.
  - (D) poderá, a qualquer tempo, anular o ato do antigo Reitor, tendo em vista que a nulidade de um ato jamais convalida, mesmo que dela decorram direitos a terceiros de boa-fé.
  - (E) somente poderá anular o ato mediante autorização judicial, tendo em vista que a Administração Pública não pode anular por si seus atos, mesmo ilegais.
- 44.** A venda de um imóvel de propriedade de uma Autarquia, adquirido mediante dação em pagamento em um processo judicial, poderá ser realizada
- (A) mediante licitação na modalidade leilão ou concorrência, precedida de prévia avaliação, autorização legislativa e interesse público devidamente justificado.
  - (B) sem licitação, desde que mediante prévia avaliação e manifestação de interesse público na alienação.
  - (C) mediante licitação na modalidade convite, desde que compareçam, ao menos, três interessados que ofereçam o valor mínimo de avaliação.
  - (D) mediante licitação exclusivamente na modalidade concorrência, desde que mediante o pagamento de, no mínimo, 70% do valor encontrado em laudo de avaliação.
  - (E) somente mediante prévia autorização judicial, tendo em vista o princípio da inalienabilidade dos bens públicos.
- 45.** A respeito da formalização dos contratos administrativos, é correto afirmar que
- (A) os contratos administrativos podem ser escritos ou verbais, independentemente do valor ou do objeto.
  - (B) os contratos administrativos somente podem ser escritos, sendo vedada a contratação verbal pela Administração Pública, em qualquer hipótese.
  - (C) o contrato administrativo tem eficácia, independentemente de publicação que tem por finalidade exclusiva dar conhecimento a terceiros interessados da avença.
  - (D) o edital de licitação não deve conter a minuta do futuro contrato.
  - (E) é permitida a contratação verbal para pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento.
- 46.** O servidor público estável da União
- (A) somente pode ser demitido em razão de procedimento administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou por decisão judicial transitada em julgado.
  - (B) pode ser demitido em razão de procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma disciplinada em ato regulamentar do Chefe do Poder Executivo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
  - (C) poderá, observados os requisitos estabelecidos na Constituição Federal, perder o cargo, se a despesa com pessoal ativo e inativo exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
  - (D) se perder o seu cargo, terá direito à aposentadoria proporcional, caso tenha idade superior a 45 anos, independentemente de tempo de contribuição e de serviço público.
  - (E) se extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

47. A distinção para classificar como Restos a Pagar ou como Despesas de Exercícios Anteriores decorre
- (A) das exigências do controle externo.
  - (B) dos valores relacionados.
  - (C) do total dos saldos existentes.
  - (D) da urgência do pagamento.
  - (E) do período de processamento.
48. Com relação ao suprimento de fundos, é correto afirmar que
- (A) se trata de despesa que reduz o patrimônio líquido.
  - (B) poderá ser concedido a servidor responsável por até dois adiantamentos.
  - (C) atende despesas para pagamentos de prêmios ou seguros.
  - (D) tem por finalidade complementar valores insuficientes.
  - (E) irá atender despesas eventuais de pronto pagamento.
49. A conformidade contábil é procedimento para
- (A) orientar os atos do ordenador da despesa.
  - (B) garantir o equilíbrio das contas públicas.
  - (C) avaliação dos efeitos dos atos e fatos da gestão patrimonial.
  - (D) certificar demonstrativos contábeis gerados por sistema.
  - (E) prestar contas aos órgãos externos de controle.
50. Para a execução orçamentária e financeira, haverá três estágios a serem obedecidos: empenho, liquidação e pagamento. O primeiro estágio, empenho, determina a obrigação de pagamento, conforme o estabelecido no artigo 58, da Lei nº 4.320/64. Sendo assim, é correto interpretar que
- (A) havendo a nota de empenho, qualquer credor poderá acionar a administração pública para efetivo pagamento.
  - (B) por ser o empenho um ato administrativo corriqueiro, este significa tão somente a verificação da legalidade do processo licitatório que o antecedeu.
  - (C) empenhos ordinários, por estimativa ou globais, apesar de suas peculiaridades, cumprem requisitos formais de pouca relevância.
  - (D) mesmo a Lei determinando a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, este somente será realizado quando da efetiva disponibilidade de caixa.
  - (E) em que pese o determinado no artigo citado, o efetivo implemento de condição é o que deverá prevalecer.

RASCUNHO

RASCUNHO

